



Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte, reuniu a Assembleia de Freguesia de São João da Madeira, presidida por Paulo Manuel Correia da Silva, em sessão ordinária, no Auditório dos Paços da Cultura de São João da Madeira, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**Ponto um - Período de intervenção do público (artigo trigésimo quinto do Regimento em vigor); -----**

**Ponto dois - Período de antes da ordem do dia (artigo trigésimo sexto do Regimento em vigor); -----**

**Ponto três - Período de ordem do dia (artigo trigésimo sétimo do Regimento em vigor); -----**

**Ponto três ponto um - Apreciação e votação da ata número onze de doze de junho de 2020 (artigo trigésimo sétimo, número um, do Regimento em vigor); -**

**Ponto três ponto dois - Apreciação da informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia (artigo trigésimo sétimo, número três, do Regimento em vigor); -----**

**Ponto três ponto três - Discussão e aprovação da doação do autocarro, com a matrícula 37-29-NB, à Câmara Municipal de S. João da Madeira. -----**

Estiveram presentes nesta sessão os seguintes membros: Presidente da mesa da Assembleia de Freguesia, Paulo Manuel Correia da Silva, primeiro secretário, Danilo da Silva Fernandes, ambos do PS e segundo secretário, António Manuel Soares dos Santos Belo do PPD/PSD, CDS/PP Maioria por S. João da Madeira. André Filipe Alves Silva, Daniel Filipe Pardal Oliveira, Filomena Maria Carvalho Sousa, Filipe Pinto Loio, António Manuel Neves dos Santos, Aurélio Nunes Vicente, Eduardo Lopes Oliveira, todos do PS. Germano de Sá Oliveira, Ana Rita Laranjeira Silva Azevedo, Marco António Moutinho Fernandes, Jorge Correia Martins Duarte, João Miguel Santos Gomes Silva, José Manuel Arede Santos Fernandes, todos do PPD/PSD, CDS/PP Maioria por S. João da Madeira. Sandra Costa Valente, da CDU. Registou-se a substituição dos seguintes membros: Pelo PS: Heitor Bernardo Silva deveria estar a ser substituído por Maria José Brito Pinheiro Silva Fonseca que faltou à



Ata nº. 12

sessão. Duarte Amorim Lima Vieira Araújo está a ser substituído por Aurélio Nunes Vicente. Fátima Beatriz Duarte Pedro Francisco Esteves substituída por Eduardo Lopes Oliveira. Pela coligação PPD/PSD, CDS/PP Maioria por S. João da Madeira, Deolinda Isabel Santos Nunes está a ser substituída por Jorge Correia Martins Duarte. José Miguel Correia Dias está a ser substituído por João Miguel Santos Gomes Silva. Maria da Conceição Duarte Leite substituída pelo membro José Manuel Arede Santos Fernandes. Relativamente à CDU, Joana Filipa Moreira Dias está a ser substituída por Sandra da Costa Valente. Pela Junta de Freguesia de S. João da Madeira estiveram presentes os seguintes membros: Presidente da Junta de Freguesia, Helena Teresa Anunciação Couto, Secretário António Luís Correia Costa, Tesoureiro, Pedro Teixeira da Silva. Vogais: Ricardo José Martins dos Santos, Ana Marisa Pinheiro Brandão, Teresa Regina Marques da Silva Nunes Pires, Filipa Duarte Caldas Ribeiro. -----

Após os cumprimentos a todos os presentes o Presidente da Assembleia de Freguesia informou que a segunda secretária por razões pessoais não podia estar presente nesta sessão ordinária. -----

Posteriormente solicitou aos membros da Assembleia de Freguesia um voluntário para que pudesse coadjuvar os trabalhos desta sessão. Seguidamente voluntariou-se o membro, António Manuel Soares Santos Belo do PPD/PSD; CDS/PP Maioria por S. João da Madeira que ocupou o lugar como segundo secretário da mesa da Assembleia de Freguesia. Não houve qualquer tipo de oposição por parte dos restantes membros. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia deu início ao seguinte ponto: **Ponto um - Período de intervenção do público (artigo trigésimo quinto do Regimento em vigor);** -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia perguntou se algum dos fregueses presentes pretendiam intervir. Ninguém quis usar da palavra neste ponto. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia deu início ao seguinte ponto: **Ponto dois - Período de antes da ordem do dia (artigo trigésimo sexto do Regimento em vigor);** -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia perguntou se algum membro pretendia intervir. Registou-se a inscrição dos seguintes membros: Marco António Moutinho



## Ata nº. 12

Fernandes, do PPD/PSD, CDS/PP Maioria por S. João da Madeira, António Manuel Neves dos Santos, do PS e Jorge Correia Martins Duarte, do PPD/PSD, CDS/PP Maioria por S. João da Madeira. Seguidamente o Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra aos respetivos membros. -----

Após os cumprimentos a todos os presentes Marco António Moutinho Fernandes tomou a palavra e disse: “O primeiro tema que me trás cá é o Parque da Nossa Senhora dos Milagres. Como é meu hábito gosto de visitar o parque e ainda hoje lá estive. Vi coisas muito positivas no parque: a limpeza do parque que é uma pena que não seja uma constante durante o ano todo; certamente por dificuldades do corpo de jardinagem da Câmara mas hoje ele está limpo. E realmente é assim que eu gosto de ver o nosso parque. O parque infantil está aprazível, está agradável e tem muita cor. Pena é que, nesta altura da pandemia, não esteja a ser utilizado pelas crianças. No entanto, deixo aqui uma crítica construtiva porque verifiquei: fruto da minha experiência na escola de Casaldelo que na altura andamos a ver equipamentos para parques infantis, verifiquei que o parque apresenta algumas dificuldades quanto ao desenvolvimento psico-motor das crianças. O parque está identificado como sendo para crianças de um a doze anos. E de facto, verifica-se que é pouco desafiante para crianças de doze anos. Verifica-se que até aos seis anos o parque está interessante mas para doze anos está muito limitado, quanto a mim. -----

As casas de banho são outro ponto. As casas de banho foram intervencionadas por via do orçamento participativo mas estão fechadas. As outras casas de banho junto à sala de chá que a Junta de Freguesia tem ali também uma responsabilidade juntamente com a Câmara mas também estão fechadas. Isto é um transtorno para quem usa o parque da Nossa Senhora dos Milagres. Sabemos que o constrangimento deve-se ao facto de ter de ter uma funcionária por cada casa de banho contudo, para alturas extraordinárias exigem-se medidas extraordinárias. -----

Posto isto, volto a perguntar pelo estudo de viabilidade do parque da Nossa Senhora dos Milagres, recordando mais uma vez que este estudo foi uma proposta da coligação na Câmara Municipal que foi aprovado por unanimidade. Isto em 2018. Estamos precisamente a um mês de se completar dois anos. Faz, hoje precisamente setecentos dias que a referida proposta foi aprovada por unanimidade. E, nada de



Ata nº. 12

estudo. Continuamos a questionar se foi feito algo neste sentido por parte da Junta de Freguesia. -----

Outro assunto que eu gostaria de trazer aqui à assembleia, isto fruto duma cena que eu presenciei, numa altura em que fui à Junta de Freguesia levantar a documentação da assembleia de freguesia. Estava um utente a ser atendido com dificuldade de mobilidade e a funcionária estava a explicar que o assunto que ele queria tratar não era tratado na Junta de Freguesia mas sim na loja do cidadão. E a pessoa reagiu dizendo: ainda agora vim de lá e disseram-me que era aqui e agora tenho de ir para lá outra vez. Isto levanta uma questão que é pertinente avaliarmos. Faço aqui uma ressalva; sabendo que nós quando foi feita a mudança da junta para os Paços da Cultura, isso iria levantar constrangimentos aos nossos fregueses, tendo em conta que todos os serviços estão lá concentrados: as finanças, as águas e a loja do cidadão. Sabendo que estas instalações são melhores achamos que teria de se encontrar uma solução lá. A minha pergunta tem a ver com isto: será que a Junta já avaliou o impacto desta descentralização dos serviços. Se não, a Junta está interessada em perceber o impacto desta mudança? Porque nós estamos aqui para servir os fregueses. De alguma forma houve aqui um benefício das instalações para os membros da Junta mas não sei até que ponto isto beneficiou os fregueses. -----

Em seguida, tomou a palavra o membro António Manuel Neves dos Santos que saudou todos os presentes e disse: “ O assunto que eu vou aqui colocar é um assunto que é importante que nós como membros da assembleia de freguesia façamos alguma pedagogia junto da comunidade e tem haver com a nossa unidade de saúde familiar. Passa, hoje por uma pressão terrível nestes tempos de Covid. -----

Constatando-se o prolongamento da emergência de saúde pública originada pela pandemia Covid-19, como representantes da comunidade sanjoanense mandatados pelo voto, é importante trazer a esta assembleia informação esclarecida e esclarecedora sobre as boas práticas no relacionamento dos doentes Covid e Não-Covid com a sua Unidade de Saúde Familiar, para evitar: as deslocações presenciais desnecessárias ao Centro de Saúde com risco de exposição a contágio, as redundâncias nos contactos com os serviços, de modo a contribuímos todos activamente com o nosso comportamento para a redução da sobrecarga exercida sobre os todos os profissionais de saúde, administrativos, de segurança e higiene. -----

Os riscos de esgotamento são reais, sobretudo na classe médica. -----



Não nos podemos esquecer que a nossa não é a única árvore numa floresta de utentes e respectivas necessidades, em que cada carteira de doentes é de muitas centenas, para cada clínico. -----

O doente deve conhecer e participar activamente no seu processo de saúde, e não só o seu médico, segundo as recomendações da OMS. O cumprimento destes deveres é um grande passo no processo de recuperação da sua homeostasia; ou seja, do abandono da doença e do regresso à saúde: isto é, ao equilíbrio proporcionado pelo bem-estar orgânico, psicológico, social. -----

As informações à comunidade de utentes que se seguem foram elaboradas com a colaboração e validação do senhor Dr. Hélder Teixeira, clínico e coordenador da área de doentes Covid (ADC) na nossa USF, a partir do próximo dia 1 de Outubro.

**Em relação ao funcionamento da Área Não-Covid: -----**

- Abertos das 08h - 20h; -----
- Continuam as Consultas Abertas e às Consultas Programadas; -----
- Caixas do correio à entrada do Centro para os utentes deixarem: pedidos de medicação, de consulta, de relatórios e exames; -----
- Os e-mails da USF e de cada profissional de saúde continuam a funcionar para todos os pedidos; -----
- O contacto telefónico é possível, mas mais difícil porque só há uma linha para cada Unidade de Saúde, sem atendedor automático de chamadas; -----
- No caso de necessidade imperiosa de visita presencial à USF, tentem pré-agendar, verificando antes se o que necessitam não poderá ser atendido pela caixa do correio ou pelo e-mail. -----

**Em relação ao funcionamento da Área de Atendimento Covid (ADC): -----**

- Funcionará a partir de 01/10, das 08h - 20h, dias úteis; -----
- Fins de semana e feriados, continuará a funcionar em Vale de Cambra; -----
- Se tem FEBRE, TOSSE ou FALTA DE AR, ligue 969414712, número destinado à USF de São João da Madeira, das 08h - 20h, de segunda a domingo, a partir de 01/10; -----
- Este número será uma forma rápida dos utentes com esses sintomas poderem ser esclarecidos ou orientados; -----
- Para aqueles em que haja dúvida, ou necessidade de avaliação, será passado o teste desmaterializado; -----



## Ata nº. 12

- As pessoas com estes sintomas também podem contactar os médicos de família via e-mail ou telefone; -----
- Os médicos de família podem passar o teste, só se considerarem haver necessidade de avaliação presencial é que os utentes terão que vir à ADC de S. J. Madeira; -----
- Fora do horário 8h - 20h, os utentes com estes sintomas têm a linha de Saúde 24 (808242424), ou o serviço de urgência do Hospital de São Sebastião (Feira); -----
- A ADC de S. J. Madeira serve: os residentes em São João da Madeira e os inscritos no Centro de Saúde de São João da Madeira que não residam nos concelhos de Oliveira de Azeméis ou de Vale de Cambra; por exemplo: os utentes inscritos em S. J. Madeira que residam em Cucujães, São Roque ou outras freguesias de Oliveira de Azeméis ou de Vale de Cambra têm que recorrer às ADC do concelho de residência. -----

Em seguida, usou da palavra o membro Jorge Correia Martins Duarte que no seu uso cumprimentou todos os presentes e disse: “O assunto que me traz aqui não é uma incumbência direta da Junta mas sim da Câmara. Mas tem haver com o seguinte: é comum ouvirem-se queixas, seja na comunicação social, sejam as pessoas de problemas na cidade e portanto, na freguesia, problemas de recolha de lixo, em determinadas alturas, problemas das sarjetas sujas e entupimento das mesmas quando vêm as chuvas. E estamos agora a chegar ao final do ano e, por isso, é que estou a falar nisso. Ainda estes dias pude constatar o estado degradado em que se estão os passeios. Aqui na avenida da liberdade, que é onde eu vivo e portanto a que mais frequento, estava cheia de buracos. E, pior que isso, não são só os buracos. São também as depressões e as ondulações fruto de valas que existiram para realização de obras. E então o que é que acontece? Acontece que para as pessoas com mobilidade reduzida sentem imensas dificuldades em circular. Mas eu ontem fiquei curioso, segundo sei ontem houve assembleia municipal e é curioso. E quando cheguei a casa, à noite, tinham andado a fazer umas reparações relâmpago que, basta vir as primeiras chuvas e aquilo vai saltar tudo. Achei curioso. Ou é muita coincidência ou é uma intervenção politicamente feita nesta altura. O que eu peço aqui à Junta e, apesar da Presidente dizer que não tem nada a ver com isso; eu acho que tem. A Junta de Freguesia tem haver com isso porque a junta representa os seus fregueses, deve defendê-los e deve querer o bem estar dos sanjoanenses. Deve ter uma voz ativa na Câmara e alertar para estes assuntos que afetam os seus fregueses. A Junta não se define pelo seu papel fiscalizador. Mas neste caso deve ter um papel no sentido da defesa dos interesses da freguesia. -----



## Ata nº. 12

Como mais ninguém quis intervir o Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu a palavra à Presidente da Junta de Freguesia que saudou todos os presentes e esclareceu: “Eu irei tentar responder às questões colocadas. No que diz respeito ao parque da Nossa Senhora dos Milagres, como já tenho informado, depois que foi assinado o protocolo com a Câmara Municipal, o parque deixou de ser nossa responsabilidade a maior parte das suas áreas, nomeadamente, a limpeza. O que não quer dizer que nós deixamos de interferir e chamar a atenção e de falar com a Câmara. Há sempre um diálogo constante. E sempre que verificamos qualquer situação que seja necessário alertar a Câmara, nós fazêmo-lo. Neste momento estão a fazer a limpeza no parque e por isso umas vezes ele estará melhor outros nem tanto. É uma questão da gestão dos seus funcionários que diz respeito à Câmara. --

--

No que respeita ao parque infantil, eu gostaria de explicar o seguinte: nós reabilitamos o parque infantil, não aumentando muito as suas estruturas. Aumentamos a segurança das mesmas, substituímos aqueles que estavam avariados. Na altura falei com quem de direito e a nossa preocupação foi assegurar a questão da segurança não só dos equipamentos como também do piso. Portanto não houve grandes alterações, a não ser agora na parte final onde incluímos um equipamento para crianças que terão menor mobilidade e essa escolha foi feita conjuntamente com a pessoa que fez a proposta do orçamento participativo. Foi por essa razão que foi escolhido aquele equipamento. Acho pertinente o que disse o membro Marco Fernandes porque eu não tinha sequer essa perceção: que haveria equipamentos mais apropriados a crianças de mais idade mas é uma situação que iremos ter em conta numa próxima alteração que façamos no parque. Neste momento, como sabem, a proteção civil decidiu que os parques infantis estariam fechados, com exceção dos ATL's que têm os seus próprios equipamentos. Os restantes terão de estar fechados. Assim como também os WC's: é uma recomendação nacional e também municipal que têm de estar fechados ao público. Em relação aos WC's que estão perto do café, que não são nossos, são da Câmara Municipal, eu própria falei com o concessionário e fiz a proposta que quando alguém precisasse ela abrisse a porta, porque eles têm a chave e depois a higienizasse em seguida. Isso é uma responsabilidade da pessoa que está à frente do café e que não



Ata nº. 12

o quer fazer. Porque dá trabalho. Essa é uma questão que eu tento insistir com as pessoas para que o façam. -----

Outra questão é com os novos WC's. Já agora aproveito para informar que estamos a pensar inaugurar para a próxima semana. Serão todos convidados para inaugurar os WC's e o parque infantil. Relativamente aos novos WC's, até porque têm chuveiros, temos de reavaliar. Aquelas pessoas que fazem corridas à noite lá no parque já me perguntaram se podem utilizá-los. Temos que reavaliar como é que naquela hora que as pessoas precisam de utilizar, haja ali algum apoio. É uma questão a avaliar. -----

Quanto ao estudo de viabilidade, eu sei que ele existe porque me disse. Eu até este momento não tive mais qualquer informação sobre esse assunto. A informação que eu tenho é aquela que viu. O senhor Presidente da Câmara já me confirmou que o tem mas ainda não houve mais nenhuma abordagem sobre esse assunto. O que eu posso fazer, e é o que eu tenho feito, é insistir com o Presidente da Câmara para saber se será agora o momento de nos virarmos para o Parque da Nossa Senhora dos Milagres. -----

No que respeita à mudança das instalações, eu posso-lhe dizer que a minha sensibilidade é que o número de pessoas até tem sido superior. Não fiz nenhum inquérito mas o que as funcionárias me têm dito é que têm atendido muito mais atendimentos. Quanto às pessoas com problemas de mobilidade, isso não é qualquer problema. Nós temos sempre soluções para essas pessoas, quer pelo café, quer pela parte de trás. Nós quando estivemos a atender as pessoas no confinamento, as instalações estavam fechadas e fizemos alguns atendimentos pela parte de trás. Quando essas situações acontecem nós somos os primeiros a ajudar. Quanto às instalações o que dizem as nossas funcionárias é que temos melhores condições para trabalhar. -----

No que respeita à recolha de lixo e às sarjetas que o engenheiro Jorge Duarte focou, essa foi uma questão que foi levantada ontem na assembleia municipal, pelos munícipes no período de antes da ordem do dia. A explicação que o Presidente da Câmara deu, foi que, foi feito um estudo quanto ao entupimento das sarjetas e um dos locais onde se verificava essa situação, de grande concentração de água, era em frente ao oitava avenida. Foi feito um estudo e a situação não se devia às sarjetas





Ata nº. 12

mas sim com uma situação técnica, que tinha a ver com o diâmetro das tubagens. E nessa altura, quando chegaram a essa conclusão estão a resolver a situação que está perfeitamente identificada. Quanto à recolha do lixo não foi feita nenhuma abordagem sobre esse assunto, nem tenho conhecimento mas o que eu faço, por princípio, transmito sempre estas questões a quem de direito dentro da Câmara. Mas no caso da recolha do lixo, eu não percebi qual era a sua questão: É que não há recolha do lixo? -----

Entretanto o membro Jorge Duarte esclareceu que era a recolha do lixo ao fim de semana, pelo que a Presidente da Junta ficou então de transmitir esta preocupação na Câmara Municipal. -----

Sobre a situação das calçadas a Presidente disse: “eu tenho conhecimento que a Câmara está a fazer um levantamento por zonas para recuperação das calçadas. É natural que, nesta altura, em que estão a fazer todos estes trabalhos elas não estejam tão cuidadas mas eu sei que é intenção fazer essa intervenção por zonas. -----

Em seguida O Presidente da assembleia de Freguesia deu início ao seguinte ponto:

**Ponto três - Período de ordem do dia (artigo trigésimo sétimo do Regimento em vigor); -----**

O Presidente da Assembleia deu início ao seguinte ponto: **Ponto três ponto um - Apreciação e votação da ata número onze de doze de junho de 2020 (artigo trigésimo sétimo, número um, do Regimento em vigor); -Ponto três ponto dois - Apreciação da informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia (artigo trigésimo sétimo, número três, do Regimento em vigor); -----**

O Presidente da Assembleia passou a palavra ao primeiro secretário para falar sobre os impedimentos para votação da ata. -----

O primeiro secretário informou que do Partido Socialista não estiveram presentes na sessão de doze de junho, pelo que estão impedidos de votar a ata, os membros Daniel Filipe Pardal Oliveira e André Filipe Alves Silva. Relativamente à coligação PPD/PSD, CDS/PP Maioria por S. João da Madeira não estiveram presentes os membros João Miguel Santos Gomes Silva, Ana Rita Laranjeira Silva Azevedo e José Manuel Lourenço Fernandes. -----

O Presidente da Assembleia questionou se algum dos presentes pretendia usar da



Ata nº. 12

palavra. Como ninguém quis usar da palavra o Presidente da Assembleia colocou a ata à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

O Presidente da Assembleia deu início ao seguinte ponto: **Ponto três ponto dois - Apreciação da informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia (artigo trigésimo sétimo, número três, do Regimento em vigor);** -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra à Presidente da Junta para apresentar o documento. -----

A Presidente da Junta de Freguesia começou por dizer que “ a principal informação que está aqui e que eu lamento ter de a divulgar, é que o Senhor Presidente da Câmara, no passado dia quatro de setembro enviou-me um ofício informando que não haveria qualquer tipo de condições e portanto não ia transferir qualquer tipo de competências para a Junta de Freguesia. Como sabem, eu gostaria de dizer isto claramente, sempre foi uma das minhas grandes lutas, desde que tenho estas funções, considerar que a Junta de Freguesia de S. João da Madeira deve e tem condições para poder ajudar a Câmara Municipal nas suas competências e deveria delegar, tanto mais que, é essa a intenção da própria lei. E é essa também a orientação central: a delegação de competências do poder central para os municípios e dos municípios para as juntas de freguesia. Toda a estratégia política tem sido nesse sentido. É uma estratégia que eu defendo e que apoio. Naturalmente que, face às circunstâncias, a Junta de Freguesia não tem qualquer forma de fazer com que essa transferência seja efetivada. Não foi esse o entendimento do senhor Presidente da Câmara. Nós aceitamos naturalmente essa decisão porque temos de aceitar mas não concordamos com ela e era isso que eu queria dizer aqui claramente. E continuarei a fazer tudo aquilo que eu possa fazer para que haja delegação de competências. Foi, aliás, isso que eu comuniquei ao senhor Presidente da Câmara. Que não concordávamos com a decisão mas estaríamos sempre abertos a trabalhar com a Câmara Municipal e achamos que conseguimos, trabalhar melhor e fazer mais. Nós julgávamos que íamos conseguir ter algumas transferências mas não conseguimos. Também não tenho dúvidas nenhuma que, daqui a dois, três anos será obrigatório e decretado por lei e que os recursos financeiros e humanos serão já acautelados por lei. -----

Relativamente ao resto das informações: nós neste período não tivemos as



## Ata nº. 12

atividades culturais, face ao Covid e portanto focámo-nos nos orçamentos participativos que estavam por executar. Aproveito para informar que estão todos concluídos. O único que não está concluído é a aplicação da freguesia mas já está adjudicado e conseguimos que ela esteja concluída até final deste ano. Vamos utilizar a base da Câmara Municipal e teremos dentro dessa aplicação uma vertente que será para a Junta e outra que será para a Câmara Municipal. A parte que diz respeito à Junta é que será o nosso investimento. Portanto até final do ano todos os projetos dos orçamentos participativos estarão concluídos. -----

Gostaria ainda de realçar que o autocarro o novo Volvo está já operacional, apesar de toda a documentação necessária (que nem eu fazia ideia de ser necessário tanta coisa). Serão todos convidados para fazer uma pequena visita cultural pela cidade e gostaríamos de convidar todos os membros desta assembleia de freguesia e observar por dentro o autocarro. Iremos, portanto agendar brevemente uma pequena viagem interna. E agora estou à vossa disposição para esclarecer qualquer dúvida acerca das minhas informações. -----

Inscreveram-se para intervir o membro Marco António Moutinho Fernandes, a quem o Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra: “ Esta reunião está a ser muito lo-profile e vamos ver se conseguimos apimentar um bocadinho isto. Vou-me focar essencialmente acerca da transferência de competências. Neste ponto prévio, é fundamental fazermos uma leitura política atual desta questão. Nem com o decreto-lei que foi publicado, houve a sensibilidade, por parte da autarquia e conseguir passar transferências para a Junta de Freguesia. Importa referir vários pontos nesta altura: primeiro: o silêncio da senhora Presidente da Junta de Freguesia durante estes três anos; silêncio nas suas informações escritas. E é bom lembrar que este era um tema que no anterior mandato era constantemente colocado em cima da mesa, era um tema que era sistematicamente abordado em assembleia municipal. E durante estes três anos houve um silêncio absoluto. Salvo, neste ponto prévio referir que houve várias reuniões com o senhor Presidente da Câmara na tentativa de o sensibilizar para a necessidade de ser feita a transferência de competências. Este silêncio foi um silêncio ensurdecador. Parece-me que, o facto do Presidente da Câmara ter facilitado a mudança de instalações da Junta de Freguesia para os Paços da Cultura funcionou como um reбуçado que a manteve calada todo este tempo. Apesar de eu ter sentido



## Ata nº. 12

que era uma prioridade deste executivo: a mudança de instalações. E neste momento, digo eu, quebrou-se o verniz. E a Presidente da Junta teve a coragem de na sua informação escrita referir esta incompatibilidade clara que existe entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal. Esta incompatibilidade leva-me ao segundo ponto: uma falta de confiança e de competência neste executivo por parte da autarquia. Isto é significativo, quanto a mim. Esta presidência, atualmente, parece uma presidência partidária. Houve uma agenda partidária e senhora Presidente da Junta não se conseguiu desbloquear disto. Manteve este assunto em banho-maria e agora saiu prejudicada. Não só a senhora Presidente como os nossos fregueses. Porque, acima de tudo, nós estamos cá para servir e beneficiar os nossos fregueses. Eu não sei se o termo que eu vou usar será muito forte: neste momento a senhora Presidente está com uma liderança moribunda. Isto não é um ataque pessoal, tem somente haver com a leitura política que eu faço da situação. Consegui mudar de instalações, teve o novo autocarro e a partir de agora e a partir de agora não há objectivos, não há um rumo ou uma direcção e ficam sem as competências que podiam ser delegadas. Isto leva-me então a uma pergunta. Porque a senhora Presidente termina dizendo que apesar desta posição do senhor Presidente da Câmara, iremos sempre exercer a nossa pressão para que num futuro próximo esta posição venha a ser alterada. Eu pergunto: Que pressão tenciona fazer? Nos jornais? Na comunicação social? Na assembleia municipal? Vai trazer de novo este assunto à assembleia municipal? Porque acho que, neste momento é preciso uma posição forte. Vamos esquecer o partido. Vamos concentrar-nos nos fregueses. É esta a minha postura aqui também e desafio-a a ser também neste próximo ano. Senão vamos cair num marasmo. E, de alguma forma trazer a esta Junta de Freguesia, uma importância que ela tem mas que neste momento perdeu com esta oportunidade. Na minha opinião, as competências foram sendo perdidas: no ano passado o orçamento participativo foi em conjunto com a Câmara e parece-me que não correu muito bem. Na gestão do Parque da Nossa Senhora dos Milagres, continuamos a ter um papel de supervisão, mas é a Câmara que gere os espaços verdes do Parque. Esta app da Junta vai ser alocada à Câmara. Vamos ficar sem saber quem vai gerir isto. A base é da Câmara. Esta Câmara, parece-me que está aqui a tomar um protagonismo



## Ata nº. 12

naquilo que diz respeito à Junta e a Presidente da Junta deixou-se ir neste logro. Está na hora de fazer valer os nossos interesses e os interesses dos fregueses. -----

O Presidente da Assembleia interveio neste ponto dizendo que “ tinha mesmo de dizer isto, porque a Presidente da Junta é minha parceira na ANAFRE – associação nacional de freguesias e é uma defensora acérrima das transferências de competências. Ela tem sido pautada por ser persistente e alguns presidentes de Junta até lhe dizem: calma que este assunto não acaba hoje. Estamos também a tentar que o estatuto dos eleitos locais seja revisto. Já existem algumas promessas do governo, nesse sentido. Mas é para salientar que confiança eu tenho na Presidente da Junta porque tenho-a visto sempre a insistir na questão da transferência de competências. Eu próprio tenho insistido muito neste assunto. Mas não ficava com a minha consciência tranquila se não desse este testemunho de como a Presidente da Junta tem lutado por essa conquista. E nesse aspeto ela merece a nossa confiança. -----

De seguida, o Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra à Presidente da Junta que disse: “ Eu reafirmo o que tenho reafirmado desde que exerço estas funções e desde que tomei consciência das competências que esta Junta de Freguesia tinha. E as competências que muitas Juntas de Freguesias deste país têm. A Junta de Freguesia de S. João da Madeira tinha todas as competências e mais algumas e em mil novecentos e vinte e seis as competências foram todas passadas para a Câmara, aquando da sua criação. Portanto, há muitas freguesias que as suas competências são muito superiores às nossas, mesmo as de base, sem falar nesta alteração que agora aqui veio. E, para mim, isso é fundamental. Eu sempre achei que a Junta de Freguesia era pouco valorizada. Nesta nossa cidade valoriza-se pouco a Junta de Freguesia, talvez por ter só uma freguesia. Há até quem defenda que não devia de existir mas eu não defendo isso. Acho que o papel do município é um e a Junta de Freguesia tem outro papel. E não tenho dúvidas nenhuma depois destes sete anos a exercer esta função que sempre lutei e continuarei a lutar pela valorização do papel da Junta de Freguesia. E acho que fiz alguma coisa por isso. E temos outro papel, que não é feito pela Câmara nem é possível ser feito pela Câmara que é a proximidade. Nós temos uma proximidade aos cidadãos que nenhuma Câmara pode ter. Não é possível. Porque as pessoas sentem-se à vontade para vir



## Ata nº. 12

falar connosco sobre tudo e mais alguma coisa. Temos muitas vezes este papel na ANAFRE e eu julgo que a ANAFRE ainda não tem feito o trabalho que devia fazer. Porque nós ainda não conseguimos ter aquela lei que diz: é para avançar com esta, aquela e aquela competência. E não ter de estar a negociar com o Presidente da Câmara. Temos aqui ao lado, o município de Espinho que tem freguesias que são PSD e outras que são PS e todas elas têm delegação de competências da Câmara. Nomeadamente freguesias que têm a mesma área de intervenção que nós temos que é o centro da cidade. A nossa área é pequena mas é a mesma área do município. E tem a mesma intervenção que tem a freguesia do centro da cidade de Espinho. Isto também depende muito das pessoas que estão nos cargos. E não devia depender. E portanto é na ANAFRE que devemos defender isso mesmo. Eu não me conformo que o papel da Junta de Freguesia seja passar atestados e fazer registos de canídeos. Não é nem pode ser. Por isso é que eu continuarei sempre a lutar porque se nos fossem delegadas competências poderíamos ajudar o município, no sentido daquela competência ser muito mais valorizada e ser muito mais próxima da população. Porque é impossível uma estrutura como uma Câmara Municipal, que tem uma hierarquia enorme possa demorar a chegar às pessoas. E é por aqui que eu acho que nós podemos fazer melhor. A nossa Junta de Freguesia é mais urbana. Se estivermos a falar de uma Junta de Freguesia do Alentejo certamente terá outro tipo de preocupações. Assim como se falarmos de uma de Montalegre terá ainda outro tipo de questões. Não é fácil e eu, reconheço que não seja fácil, fazer como se fez. Mas também não é fácil fazer uma divisão a régua e esquadro. Porque há características próprias de cada região que têm de ser analisadas. Isto é um trabalho que tem de ser feito. Eu defendo isso. Eu já vi Presidentes de Junta queixarem-se que, só porque têm um partido diferente na Câmara consideravam o número de habitantes para ter determinada competência. Portanto eu já vi de tudo. Já assisti às mais variadíssimas situações. Eu acho que a lei deve ser clara e definida. Esta questão é uma questão que me é muito cara e por isso eu nunca desisti. É por isso que eu luto e continuarei a lutar e não misturo partidos, podem estar descansados. – Outra questão que eu gostaria de referir é que independentemente da transferência de competências não é isso que vai limitar o meu trabalho. Este executivo tem feito montanhas de coisas e vocês têm assistido a isso. Muitas delas vocês têm até vindo



Ata nº. 12

aqui dar-nos os parabéns. Portanto não me venha dizer que, só porque não foram delegadas competências, eu agora estou moribunda. Eu tenho muitas coisas para fazer e tenho muitos projetos para concretizar. Todos nós temos ideias para fazer em favor dos sanjoanenses. Agora, que isto para nós é muito importante? É muito importante. E agradeço-lhe a sua intervenção. -----

O membro Marco António Moutinho Fernandes pediu uma segunda intervenção e a palavra foi-lhe dada pelo Presidente da Assembleia: depois disto não poderia deixar de constatar: primeiro que nunca tivemos conhecimento da posição do Presidente da Assembleia de Freguesia. Para mim foi novo e constato que apoia a posição da senhora Presidente da Junta e não a do senhor Presidente da Câmara Municipal que decidiu então não transferir estas competências. Mas ao longo deste tempo, eu acompanhei a campanha eleitoral e nela foram várias vezes referido pela Presidente da Junta que não havia delegação de competências porque havia uma incompatibilidade de diálogo e falta de diálogo com o anterior executivo da Câmara Municipal, que era PSD, na altura. Daí, a minha questão: era partidária a postura durante este tempo, de silêncio? Porque era essa a posição que eu conhecia que era uma postura de reivindicar que defendia este tema, tanto na informação escrita como nas assembleias municipais. E fazia questão de dizer que o anterior executivo é que tinha falta de vontade. Será que esta falta de vontade também é deste executivo. Parece-me que sim. Esta divergência eu quero aqui salientar e deixar em cima da mesa para reflexão ao fim deste tempo. Importa aos sanjoanenses perceberem. ----

A Presidente da Junta interveio e pediu desculpa por o fazer para dizer “ eu não tive sequer nenhuma reunião com o anterior Presidente da Câmara, do anterior mandato. A única diferença é essa, claramente. Por isso é que eu digo que a postura é diferente. Porque eu nem sequer tive qualquer tipo de reunião para abordar esse assunto com o anterior Presidente. E eu tive várias reuniões para tentarmos chegar a um acordo sobre a transferência de competências com este Presidente. Naturalmente que o resultado foi o mesmo. Mas a razão porque não fiz tanto alarido é porque estávamos em reuniões. E enquanto decorriam as reuniões, havia diálogo. Eu sou a favor do diálogo e acho que as coisas se resolvem pelo diálogo. Até um limite. E no outro mandato eu não tive sequer a capacidade de dialogar. É só essa a diferença. -----



Ata nº. 12

O Presidente da Assembleia de Freguesia explicou em seguida que “ estaria em estado vegetativo se não falasse neste assunto. Porque sendo um assunto tão importante em que eu tenho lutado junto com a Presidente da Junta e com todos os presidentes das juntas e de assembleias do distrito de Aveiro sobre as transferências de competências e a revisão do estatuto dos eleitos locais. Eu já não estou a lutar para mim. Já estou a lutar para os próximos que aí vêm. Um dia a história dirá: o Paulo tinha razão. Obrigado Paulo. Como sabem eu zelarei sempre pelos interesses dos fregueses de São João da Madeira. -----

O Presidente da Assembleia deu início ao seguinte ponto: **Ponto três ponto três - Discussão e aprovação da doação do autocarro, com a matrícula 37-29-NB, à Câmara Municipal de S. João da Madeira.** -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra à Presidente da Junta de Freguesia para esclarecer o ponto em questão: No uso da palavra a Presidente da Junta disse: “ eu gostaria de explicar porque razão trouxemos este ponto aqui. Em termos legais não teríamos necessidade de trazer aqui este ponto e poderíamos nós próprios, executivo da Junta, resolver esta questão. Mas achamos, como somos a favor da transparência e de uma abertura completa, que isto deveria ser posto à vossa consideração e dar-vos a possibilidade de tomar esta decisão ou não. A abordagem que tivemos por parte da Câmara Municipal foi no sentido de nós doarmos o autocarro velho para eles, por sua vez, doarem a uma associação desportiva. Posso já dizer-vos que a nossa posição é no sentido positivo. Todos nós achamos que isto deve ser feito até porque já temos um autocarro novo que nos foi dado. E portanto temos todas as condições para isso e achamos que quem devem doar a qualquer associação desportiva deve ser a Câmara e não a Junta. Porque a Câmara Municipal dá subsídios e nós não damos subsídios a ninguém. Para nós seria complicado fazer isto. Uma situação nossa seria sempre no sentido de vender a não ser que a Câmara nos peça, que é o que está a acontecer. Já vos disse que a nossa sensibilidade é aceitarmos o pedido da Câmara mas achamos que devíamos dar à assembleia essa decisão e essa discussão. -----

O Presidente da Assembleia perguntou quem queria intervir neste ponto e inscreveu-se o membro Marco António Moutinho Fernandes que no uso da palavra disse: “ Já respondeu a uma das questões que eu tinha que era se havia deliberação do





## Ata nº. 12

executivo. A outra questão é saber se esta doação não pode ser feita diretamente pela Junta. Ou seja, em termos de lei, saber se a lei impede que seja a Junta de Freguesia a fazer esta cedência. A Junta diretamente à associação. -----

Pedi igualmente para intervir o membro António Manuel Neves dos Santos que declarou: “Senhora Presidente, eu confesso que tenho uma certa dificuldade em tomar uma decisão em relação à doação. Em primeiro lugar não sei de que valor se trata. Qual o valor que vai ser doado com a doação do autocarro. Depois não sei a quem estão a ser imputados os custos de manutenção. E depois, por curiosidade gostaria também de saber a eu associação se destina porque a cidade tem várias associações, E vou também no sentido do que disse o senhor Marco Fernandes: a doação devia ser feita pela Junta de Freguesia. Até porque o senhor Presidente da Câmara ao tomar a decisão em relação à transferência de competências, que eu não tomaria. Não é inteligente da parte dele. Entende-se que ao fazer a transferência de competências teria de fazer também a transferência de meios financeiros e neste momento, se calhar é complicado fazê-lo. Mas recordo a todos os presentes que o senhor Presidente da Câmara candidatou-se com um slogan que era “A visão do futuro” . Esta decisão não tem nada a ver com a visão do futuro. Esta decisão está perdida no século dezassete e numa centralização do poder que francamente já não é propriamente dos nossos dias. -----

De seguida foi dada a palavra ao membro Sandra Costa Valente que cumprimentou os presentes e disse. “eu vou repetir o que aqui já foi dito mas de qualquer forma queria saber a que associação vão doar o autocarro e também acho que poderia ser a Junta a doar. Porque existe a formação do futebol e existem outras modalidades desportivas. E não vamos entregar à SAD porque a SAD é algo à parte das associações desportivas sanjoanenses. -----

Como mais ninguém quis intervir o Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra à Presidente da Junta de Freguesia que esclareceu: “relativamente ao autocarro é propriedade da Junta de Freguesia, a manutenção e o seguro são pagos pela Junta de Freguesia. É tudo pago pela Junta de Freguesia. O valor de mercado eu não sei. Numa altura em que tentamos saber qual o preço que nos dariam por ele, falaram-nos em cerca de cinco mil euros. Tentamos falar agora aquando da compra do novo autocarro e o que eles nos disseram foi que para eles não queriam o outro



## Ata nº. 12

autocarro. Para eles o valor do autocarro era zero. Acredito que ele possa valer alguma coisa para uma entidade que vá para o estrangeiro ou algo deste género mas em termos nacionais é muito difícil ter algum valor. Em termos de motor ele está em boas condições mas o autocarro tem mais que dezasseis anos e como tal não pode transportar crianças, que é uma das limitações deste autocarro. E além disso, face à sua idade é natural que cada vez mais tenha maiores custos de manutenção. Por outro lado, nós executivo, nas várias reuniões que tivemos sobre este assunto sempre achamos que, se na verdade nos davam outro autocarro, nós sentíamos que se nos pedissem o autocarro nós deveríamos dar porque nós temos um novo autocarro para usarmos. E portanto, achamos isso, uma justiça completa. Podem dizer assim: porque é que não ficam com o autocarro? Podem vender. Fazer dinheiro com ele. Nós podemos fazer o que entendermos. Nós nem precisamos de discutir aqui isto nesta assembleia de freguesia. Em termos legais o executivo pode decidir fazer o que entender: doar, vender. Claro que se vendermos tem de ser com propostas em carta fechada. Estabelece-se um valor mínimo e até pode ser que ninguém dê o valor mínimo. Portanto, esta é uma decisão do executivo da Junta de Freguesia. Também podemos doar. Doar a uma associação sanjoanense. Aqui a questão colocava-se: a que associação? S. João da Madeira tem variadíssimas associações. Qual o critério que usávamos? Aquela que tem mais atletas, ou aquela que tem mais dificuldades ou será aquela que nunca teve apoios nenhuns? E também saber se associação em causa tem condições financeiras para manter o autocarro. Portanto, sempre achamos que, como a Junta não dá qualquer tipo de subsídio monetário a qualquer associação. Damos subsídios, como vocês veem, pelos indicadores, nós damos cedências de autocarro a várias associações. Sempre fizemos isso com todas as associações. Fizemos de uma forma intensiva para que todas as associações tivessem acesso ao autocarro. E é essa a nossa postura. Não temos a postura de dar subsídios monetários. A Câmara Municipal tem outra dimensão, tem outros valores que pode dar às associações, de acordo com os critérios que ela própria estabelece. E pode dar o autocarro em substituição de “x” de subsídio. Portanto é mais fácil. Esta foi a nossa forma de pensar. Conosco isso seria muito complicado. Daí que a doação para nós, a uma associação, seja ela qual fôr, é muito complicado. Não queremos ser injustos. Não sei qual é a associação a quem



## Ata nº. 12

vai ser doado. Qualquer decisão que se tome, tem sempre vantagens e inconvenientes. Por isso é que achamos que vos devíamos envolver neste processo e conjuntamente chegarmos aquilo que vocês acharem mais adequado. Mais uma vez, reforço que a nossa posição foi sempre de doar o autocarro à Câmara Municipal. Pedeu uma segunda intervenção o membro Marco António Moutinho Fernandes e a palavra foi-lhe dada pelo Presidente da Assembleia de Freguesia: “no seguimento do esclarecimento dado pela senhora Presidente da Junta, não havendo qualquer incompatibilidade em termos de lei, nós decidimos apresentar uma proposta. Até porque nós somos a favor que o autocarro seja doado mas que seja a Junta de Freguesia a fazê-lo. Então proponho, e faço chegar já à Mesa esta proposta a seguinte: o grupo da assembleia de freguesia do PPD/PSD, CDS/PP Maioria por S. João da Madeira propõem, em alternativa à proposta da Junta de Freguesia, incluída na ordem de trabalhos a pedido da senhora Presidente Junta de Freguesia, em email dirigido ao Presidente desta Assembleia de Freguesia de vinte e um do nove de dois mil e vinte, que o autocarro Volvo com a matrícula trinta e sete- vinte e nove-NB, seja doado pela Junta de Freguesia diretamente à associação desportiva da freguesia identificada pela Câmara Municipal de S. João da Madeira. Após a entrega da proposta à Mesa da Assembleia e esclarecidos alguns pormenores, o Presidente da Assembleia esclareceu que tinha de ser votada a aceitação da proposta em causa por dois terços dos membros da assembleia de freguesia. Foi aprovado, por unanimidade a aceitação da proposta do grupo PPD/PSD, CDS/PP Maioria por S. João da Madeira. -----

Assim, o Presidente da Assembleia esclareceu que existem duas propostas na Mesa: a proposta “A” da Junta de Freguesia e a proposta “B”. -----

Postas à votação a proposta “A” foi aprovada por maioria. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia colocou a proposta “B” à votação. Tendo sido derrotada. -----

Venceu assim a proposta “A” apresentada pela Junta de Freguesia. -----

Fez declaração de voto o membro Marco Fernandes que esclareceu que este voto contra não foi sobre a doação do autocarro. Pretendíamos era que fosse a Junta de Freguesia a fazer a doação. -----



Ata nº. 12

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia de Freguesia declarou a reunião encerrada.

O Presidente da Assembleia de Freguesia: \_\_\_\_\_

O 1º Secretário \_\_\_\_\_

A 2ª Secretária \_\_\_\_\_